

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

CADERNO DE PROVAS DISCURSIVAS P_2 E P_3

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos no seu Caderno de Textos Definitivos das Provas Discursivas P_2 e P_3 . Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (caso se trate de caderno de provas reserva, confira apenas o nome do cargo). Em seguida, verifique se ele contém quatro questões dissertativas do tipo situação-problema, correspondentes à Prova Discursiva P_2 , e uma proposta para a elaboração de uma redação de texto dissertativo, correspondente à Prova Discursiva P_3 , acompanhadas de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Quando autorizado(a) pelo(a) chefe de sala/aplicador(a) de provas, escreva, no espaço apropriado do **Caderno de Textos Definitivos das Provas Discursivas P_2 e P_3** , com sua caligrafia usual, a frase constante do topo desta capa.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 4 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição dos textos definitivos das provas discursivas.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e à transcrição dos textos das provas discursivas para o **Caderno de Textos Definitivos das Provas Discursivas P_2 e P_3** .
- 6 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe o seu **Caderno de Textos Definitivos das Provas Discursivas P_2 e P_3** e deixe o local de provas.
- 7 Durante a realização das provas, não destaque nenhuma folha deste caderno.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no **Caderno de Textos Definitivos das Provas Discursivas P_2 e P_3** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 61 3448-0100 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br

- Nestas provas, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DISCURSIVAS P₂ E P₃**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de texto definitivo** correspondente.
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação das suas provas discursivas.
- Em cada questão da **Prova Discursiva P₂**, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **1,50 ponto**, dos quais até **0,07 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na redação da **Prova Discursiva P₃**, esses valores corresponderão a **4,00 pontos** e **0,20 ponto**, respectivamente.

-- PROVAS DISCURSIVAS P₂ E P₃ --

QUESTÃO 1

Às 14 h de um dia útil, uma equipe da polícia militar dirigiu-se a um edifício que conjuga apartamentos residenciais e salas comerciais nas quais funcionam escritórios de profissionais liberais. Um grupo de policiais, dando cumprimento a um mandado judicial de busca e apreensão, violou um escritório profissional em cujo interior havia pessoas. Outro grupo de policiais violou um apartamento residencial ao perceber fumaça típica de incêndio que saía por debaixo da porta de entrada. Um terceiro grupo de policiais violou outro apartamento residencial ao escutar gritos por socorro provenientes do seu interior. Um quarto grupo de policiais, sem ordem judicial, ingressou em um apartamento, com o consentimento do morador, para buscar instrumento de crime objeto de investigação criminal.

Considerando a situação hipotética acima, disserte acerca da inviolabilidade do domicílio, segundo a Constituição Federal de 1988, abordando os seguintes aspectos:

- 1 significado e abrangência do conceito de domicílio; [valor: 0,43 ponto]
- 2 hipóteses relatadas na situação hipotética que autorizam a violação do domicílio. [valor: 1,00 ponto]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Marcelo, jornalista, foi incumbido de cobrir as manifestações dos metroviários em busca de reajuste salarial. Havia, no local, um espaço destinado aos jornalistas delimitado por meio de cordões de isolamento. As manifestações ocorriam pacificamente, até que, em dado momento, começaram confrontos entre policiais e manifestantes. Foram lançadas garrafas contra os policiais, que reagiram com balas de borracha em todas as direções. Marcelo, mesmo tendo permanecido no cordão de isolamento, sem qualquer participação no conflito, foi atingido por uma dessas balas de borracha no olho esquerdo, tendo perdido parcialmente a visão.

Em face dessa situação hipotética, disserte, com fundamento na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), acerca do cabimento da responsabilidade civil do Estado em decorrência dos danos sofridos por Marcelo [valor: 0,40 ponto]. Aborde, em seu texto, os elementos atinentes à caracterização da responsabilidade civil do Estado [valor: 0,73 ponto], com menção à teoria adotada, via de regra, pelo ordenamento jurídico brasileiro [valor: 0,30 ponto].

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Rosa foi indiciada pela prática do crime de extorsão (Código Penal, art. 158, *caput*), para o qual é prevista pena privativa de liberdade de 4 a 10 anos de reclusão e multa. Durante a investigação, a autoridade policial requereu a interceptação das comunicações telefônicas de Rosa, sob o fundamento de não ser possível a obtenção da prova por outro meio, e representou pela prisão temporária, no intuito de assegurar a futura aplicação da lei penal. O juiz indeferiu o pedido de interceptação telefônica, sob a justificativa de que o crime não preenche o requisito legal, e decretou a prisão pelo prazo de 30 dias, acolhendo a fundamentação do delegado.

Em face da situação hipotética apresentada, responda, fundamentadamente, aos questionamentos seguintes.

- 1 O crime de extorsão admite interceptação telefônica? Quais os requisitos legais para autorização dessa medida? [valor: 0,50 ponto]
- 2 Admite-se decretação de prisão temporária em relação ao crime praticado por Rosa? No caso, a fundamentação da decretação da prisão foi acertada? [valor: 0,63 ponto]
- 3 O prazo da prisão temporária decretada foi adequado? [valor: 0,30 ponto]

QUESTÃO 3 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

No dia seguinte à sua promoção, o segundo-tenente Silva, integrante do quadro de oficiais combatentes da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC), praticou crime de extorsão simples contra o proprietário de um posto de combustível localizado na capital do estado, durante o serviço policial militar. A referida conduta é tipificada no artigo 243 do Código Penal Militar (CPM), para a qual é prevista pena de reclusão de quatro a quinze anos. Em seu julgamento, o policial foi condenado a uma pena privativa de liberdade de quatro anos de reclusão.

Em face do caso hipotético apresentado, atenda, com fundamento no Código Penal Militar (CPM) e no Código de Processo Penal Militar (CPPM), ao que se pede a seguir.

- 1 Esclareça se a conduta praticada pelo agente é crime militar. [valor: 0,30 ponto]
 - 2 Indique a instituição à qual compete o correspondente procedimento administrativo. [valor: 0,30 ponto]
 - 3 Aponte o órgão ao qual compete a correspondente ação penal. [valor: 0,30 ponto]
 - 4 Esclareça se é cabível a aplicação da suspensão condicional da pena ao segundo-tenente. [valor: 0,30 ponto]
 - 5 Informe os prazos para a obtenção de livramento condicional. [valor: 0,23 ponto]
-

QUESTÃO 4 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

REDAÇÃO

Considerando que ordem pública é definida como o conjunto de princípios jurídicos, éticos, políticos e econômicos pelos quais se rege a convivência social no interesse público, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A POLÍCIA MILITAR E A ORDEM PÚBLICA

Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 competências das polícias militares segundo a Constituição Federal de 1988; [**valor: 0,80 ponto**]
- 2 políticas públicas para preservação da ordem pública e da cidadania, com respectivos exemplos; [**valor: 1,50 ponto**]
- 3 abrangência e principais frentes de atuação do sistema de justiça criminal no contexto da ordem pública. [**valor: 1,50 ponto**]

REDAÇÃO – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	